

Semioses do Golpe 2¹

Alexandre Rocha da SILVA²

Alessandra WERLANG³

Gabriel NONINO⁴

Suelem Lopes de FREITAS⁵

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS

Resumo

Semiótica do Golpe 2 discute processos de desterritorialização e de reterritorialização concernentes aos golpes de estado ocorridos em Honduras (2009), no Paraguai (2012) e no Brasil (2016). Defende a tese de que as práticas tradicionais de golpe no continente, que envolviam as forças armadas, o fechamento dos congressos nacionais e a imposição de uma ditadura que revogava princípios jurídicos fundamentais, deram lugar a novas práticas golpistas sustentadas pela aliança entre congresso, judiciário e poderes midiáticos e econômicos, capazes de formular agenciamentos coletivos de enunciação que seguem rigorosamente os preceitos formais legais instituídos e de transformar os agenciamentos dos corpos, modificando micropoliticamente as formas do conteúdo. Propõe-se para tanto uma análise das mudanças moleculares ocorridas no interior dos planos de expressão e do conteúdo para que se evidenciem as formas contemporâneas do golpe.

Palavras-chave

Golpe 2016, impeachment, Semiótica Crítica, Agenciamentos, Desterritorializações

Introdução

Em 2009, o Governo de Honduras é derrubado sob o argumento de que seu presidente, Manuel Zelaya, preparava um golpe de estado ao propor uma Assembleia Constituinte; em 2012, o presidente do Paraguai é deposto em 24h através de um processo que seguiu todos os ritos legais previstos na Constituição Paraguaia; em 2016, a presidenta Dilma Rousseff é também deposta pelo Congresso Federal brasileiro sob a coordenação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisador do CNPq (bolsista produtividade). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, email: arsocha@gmail.com

³ Estudante de Graduação 7º semestre do curso de Jornalismo da FABICO/UFRGS, bolsista de Iniciação Científica pela PROBIC/FAPERGS, email: alessandra.werlang@ufrgs.br

⁴ Estudante de Graduação do 8º semestre do curso de Jornalismo da FABICO/UFRGS, bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC/CNPq, email: gnonino@gmail.com

⁵ Bacharela em Jornalismo – FABICO/UFRGS, email: suelemlopesf@gmail.com

A deposição de três presidentes na América Latina ao longo de sete anos, ao que se pode acrescentar a desestabilização do governo de Nicolas Maduro em curso na Venezuela, e a de Cristina Kirchner, enquanto era presidenta da Argentina, evidencia uma ação cujas semelhanças caberia à semiótica descrever.

Não são poucos os que nomeiam tais ações como *impeachment* e também não são poucos os que as nomeiam como *golpe*; ninguém as define como revolução, palavra usualmente utilizada no século XX para designar às vezes a quebra da institucionalidade vigente e, em outras, mudanças estruturais de regimes políticos. Segundo o historiador Crane Brinton, na obra *Anatomia das revoluções* (1958), uma revolução é feita pelos que são externos ao Estado e a suas posições de poder, como a população em geral, grupos que não têm igualdade de direitos; e um golpe é realizado por pessoas que estão no comando do Estado, como comandantes militares ou dirigentes políticos. *Impeachment* é um dispositivo legal reconhecido por alguns países como meio para afastamento do poder de presidentes que cometam crimes de responsabilidade.

Este artigo não pretende debater os aspectos legais que subjazem aos acontecimentos políticos em Honduras, Paraguai e Brasil. O objetivo é demonstrar como os agenciamentos coletivos de enunciação e os maquínicos do desejo criam novas problemáticas semióticas, muitas vezes incompatíveis com os conceitos de que dispomos para designar os acontecimentos.

Para tanto, metodologicamente parte das reflexões hjelmslevianas sobre a estratificação da linguagem para, subsequentemente, caracterizar os agenciamentos coletivos de enunciação e maquínicos do desejo que evidenciam as operações propriamente semióticas - e não exclusivamente linguísticas - cujas velocidades diferem quando se trata de enunciação e quando se trata dos estados de coisas (corpos) que compõem os estratos do mundo. Tais diferenças de temporalidades, com seus regimes de aceleração próprios, configuram o problema semiótico que aqui se pretende enfrentar.

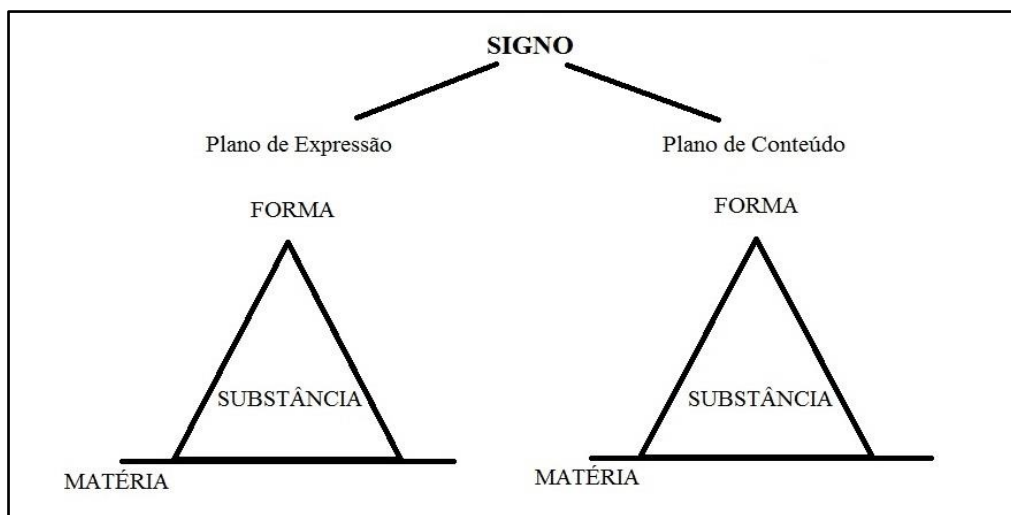
2. Estratificação

Gilles Deleuze e Félix Guattari encontram nos escritos do linguista Louis Hjelmslev uma teoria da linguagem imanente. Por isso, colocam no linguista a alcunha de príncipe espinosista da linguagem – em referência a Baruch de Espinosa, filósofo moderno que constituiu um modo imanente de conceber o mundo.

Tal perspectiva reformula por dentro a dicotomia saussureana significado/significante então vigente. O modelo proposto por Hjelmslev de estratificação “Distingue, em lugar de faces do signo, dois planos (conteúdo e expressão) de uma função semiótica primeira; define as noções de forma e substância e matéria, que subordina à distinção conteúdo/expressão” (ALMEIDA, p. 40, 2003). Ou seja, Hjelmslev propõe uma teoria que começa pela função articuladora entre o plano do conteúdo e o plano de expressão que não é baseada em entidades transcendentais prévias ao ato semiótico.

Temos, portanto, na função semiótica, os funtivos de conteúdo e de expressão, que ao recortarem a matéria do mundo em forma (forma de conteúdo e forma de expressão) instituem uma substância – que também pode ser substância de conteúdo e substância de expressão. Podemos enxergar essa articulação no esquema abaixo:

Figura 1: Signo Hjelmsleviano⁶



Há solidariedade, função, condicionamento recíproco, entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. No entanto, não se pode cair na armadilha de enxergar o conteúdo enquanto referente da expressão e, essa, como mero veículo daquele; ou radicalizar para o outro lado e enxergar a expressão como instituidora do conteúdo.

Não se pode nem mesmo dizer que o corpo, ou o estado de coisas, seja o “referente” do signo. Expressando o atributo não corpóreo, e simultaneamente atribuindo-o ao corpo, não representamos, não referimos, intervimos de algum modo, e isto é um ato de linguagem. (...) as expressões ou os expressos vão se inserir nos conteúdos, intervir nos conteúdos, não para representá-lo, mas para

⁶ Elaborada pelo autor

antecipá-los, retrocedê-los, retardá-los ou precipitá-los, destacá-los ou reuni-los, recortá-los de um outro modo. (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p. 29)

Aqui, a ideia de intervenção (sublinhada por nós na citação) é fundamental para que se compreenda que os jogos semióticos são a um tempo linguísticos e políticos; ou antes políticos que linguísticos. A intervenção quer sobre os conteúdos, quer sobre as expressões, produz transformações micropolíticas no centro dos processos de produção do signo.

Entretanto, o processo que interessava a Hjelmslev era exclusivamente linguístico. O linguista dinamarquês reconhecia haver formas construídas por outras ciências - psicologia, sociologia, filosofia -; no entanto, essas formas transformavam-se em matéria a ser novamente formalizada pela linguística.

Deleuze e Guattari preconizam, diferentemente de Hjelmslev, mas por ele inspirados, uma semiótica que coloque para si pelo menos três ordens de problemas que não ficam restritos ao campo da linguística: 1. o problema dos agenciamentos coletivos de enunciação, que reconhece, para além do plano de expressão, agenciamentos não exclusivamente linguísticos; 2 o problema dos agenciamentos maquínicos do desejo, que compreende a produção de conteúdos a partir da relação estabelecida entre corpos de diferentes naturezas; 3. o problema do acontecimento, que pensamos ocorrer no momento em que se cruzam sincronicamente agenciamentos de enunciação e de corpos produzindo o signo. A estes três problemas, Deleuze e Guattari acrescentam dois processos, fundamentais para a compreensão de uma semiótica política: o das desterritorializações e o das reterritorializações.

Para os propósitos deste artigo, as perguntas que se colocam acerca do golpe são: 1. como habitualmente um golpe de estado é caracterizado, ou seja, o que expressa o signo golpe de forma incontroversa? 2. Quais são os agenciamentos de enunciação que operam molecularmente sob os planos de expressão? 3. Quais são os agenciamentos de corpos que operam molecularmente sob o plano de conteúdo? 4. Como a história reconhece processos de desterritorializações do signo golpe, aparentemente incontroverso, e como instaura reterritorializações que recriam o conceito.

Do ponto de vista das enunciações, um golpe de estado é usualmente compreendido como ação de uma autoridade que viola as formas constitucionais, como

a conquista do poder por meios ilegais⁷. Do ponto de vista do conteúdo, agencia diferentes corpos: Forças Armadas; Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; poder econômico e poder midiático. Esses corpos muitas vezes agem em consonância de objetivos e, quando não há consonância, os mais fortes impõem as novas formas sobre os demais.

No Brasil, tivemos experiências deste tipo com a Declaração da Independência em 1822, com a Maioridade de Pedro II em 1840, com a Proclamação da República em 1889, com os Golpes de 1930 (também conhecido como Revolução de 1930) e de 1937, com os Golpes de 1964 (Também reconhecido como Revolução de 1964, a Redentora) e de 1968. Ou seja, golpes configuram mais a regra de nossa história que sua exceção.

Em 2016, a presidenta brasileira Dilma Rousseff é destituída do poder, mas sua destituição seguiu os ritos formais legais e ocorreu com o respaldo do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Seria possível caracterizar sua destituição como um golpe?

Este artigo pretende discutir as semioses do golpe considerando os processos de desterritorialização sofridos por este signo diacronicamente no Brasil e apontando para formas de reterritorializações sincrônicas na América Latina, como evidenciam os casos Honduras e Paraguai.

3. Das estratificações aos agenciamentos

Os acontecimentos, na perspectiva de Deleuze e Guattari, se expressam na concretude das relações. Nada existe em si mesmo. “Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou que as tornam possíveis” (2011, p. 33). É no encontro de corpos que objetos adquirem suas significâncias. Além disso, é importante observar que o próprio acontecimento está submetido a variações e transformações, como, por exemplo, as circunstâncias em que está inserido. “Um enunciado performativo não é nada fora das circunstâncias que o tornam o que é. Alguém pode gritar ‘decreto a mobilização geral’; esta será uma ação de infantilidade ou de demência, e não um ato de enunciação, se não existir uma variável efetuada que dê o direito de enunciar” (2011, p. 22).

⁷ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/golpe%20de%20estado> [consultado em 10-07-2017].

As máquinas que estão por trás dos acontecimentos são o que condicionam seu possível aparecimento. A máquina abstrata, que condiciona e é condicionada pelos agenciamentos, é singular. Já agenciamentos são coletivos. (DELEUZE, GUATTARI, 2011).

O acontecimento só é possível através de agenciamentos. Ambos são múltiplos, heterogêneos e virtuais. O acontecimento ocorre através de um regime de tetravalência: de lados opostos a desterritorialização e a reterritorialização; de outro, agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. É importante, porém, não pensar em circularidade do processo, mas em acontecimentos simultâneos, múltiplos, de picos variados. Deleuze e Guattari explicam essa natureza do agenciamento como

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam. (2011, p. 31)

Não há reterritorialização sem desterritorialização. As ações são simultâneas. A partir disso é possível identificar picos de desterritorialização que possam ter originado tais territorializações. Os acontecimentos inauguram novas camadas de possibilidades, desterritorializam territórios e abrem suas organizações para múltiplas linhas de fuga que podem ser geradas a partir do acontecimento instaurado. Podemos enxergar essas relações no esquema abaixo:

Figura 2: Tetravalência do Agenciamento⁸



Em uma política do acontecimento, há produção de dois conflitos fundamentais: a) conflito com o que já existe (desterritorialização); b) conflito com aquilo que esses poderes tentam organizar a partir da abertura de novas possibilidades e caminhos (reterritorialização). Os regimes instaurados sempre tentarão capturar as linhas de fuga formadas pelos acontecimentos em uma articulação dupla entre uma dimensão de seleção (ou conteúdo) e uma segunda dimensão de organização (expressão).

Como tal política se configura quando o tema são os novos golpes ocorridos na América Latina? Se a territorialidade do golpe está associada ao signo golpe anteriormente identificado, quais desterritorializações podem ser identificadas em países como o Brasil, o Paraguai e Honduras, e como tais desterritorializações se reterritorializaram nesses países? A partir de qual evento molecular novos agenciamentos de enunciação surgiram? Que novos corpos, agentes políticos, emergiram?

Para os nossos propósitos, tomemos dois exemplos capazes de tornar mais clara a problemática que queremos enfrentar semioticamente. No primeiro, a matéria democracia é recortada por uma série de leis (forma de expressão) garantidoras da

⁸ CONTER, B. Lo-fi : agenciamentos de baixa definição na música pop. Doutorado em Comunicação. Porto Alegre, 2017.

soberania do povo expressa pelo direito de eleger o/a presidente/a (substância de expressão). No plano de conteúdo, os corpos se organizam também de acordo com o recorte na matéria-mundo, por exemplo, na forma de conteúdo cidadania, temos como substância de conteúdo o corpo-cidadão, o corpo-presidente, o corpo-eleitor, o corpo-deputado, o corpo-juiz. A constituição do signo vai depender da junção entre esses dois planos. É na diferença de velocidades entre os planos que o signo emerge como acontecimento. Enunciados antidemocráticos podem desterritorializar um regime de corpos não previsto por suas leis, dando lugar a corpos-exilados, corpos-perseguidos, corpos-torturados. É nesse esquema que o par expressão-conteúdo sai do sistema de representação que pressupunha o par palavra-coisa para entrar em um sistema de produção.

Assim, temos, de um lado, regimes de corpos territorializados - a Presidência da República, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, além dos agenciamentos dos poderes econômicos e midiáticos - e os regimes territorializados de enunciação - a constituição, os regimentos das instituições envolvidas, as palavras de ordem políticas, econômicas, midiáticas. Como se processam as semioses da enunciação e as semioses dos corpos? A configuração dos corpos envolvidos está formatada sob quais palavras de ordem? A presidência da república é uma forma de conteúdo que produz como substância sua a figura da presidenta ou do presidente; os enunciados legais de um país transformam uma presidenta em ex-presidenta. A esta ocorrência que transforma os corpos por ação de um ato ilocucionário denomina-se acontecimento. Uma vez ocorrido o acontecimento, ele se contra-efetua tanto nos corpos quanto nas enunciações. No caso do Brasil, de Honduras e do Paraguai os corpos da presidenta Dilma Rousseff e dos presidentes Manuel Zelaya e Fernando Lugo deixaram de ser o de um presidente e transformaram-se em um ex-presidente; mas as enunciações que designam este acontecimento entraram em crise: teria sido um golpe ou um *impeachment*?

Ao longo deste artigo, discutiremos as transformações dos corpos e das enunciações em Honduras, no Paraguai e no Brasil para evidenciar de que forma essas diferenças de velocidades entre os estratos apresentam efetivos problemas semióticos.

3.1. Agenciamento Honduras

O agenciamento Honduras, que levou à deposição do então presidente Manuel Zelaya, na manhã de 28 de junho de 2009, foi nomeado por grande parte da comunidade

internacional como golpe. Em relação aos sentidos tradicionais do golpe não houve ali significativas desterritorializações: um grupo que estava fora do poder assume o poder com o apoio das forças armadas destituindo o governo democraticamente eleito pelo povo. Inclusive o jornal *Folha de S. Paulo* declarou, na época, que “Em peso, a comunidade internacional considera a deposição de Zelaya um golpe de Estado⁹”; o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também afirmou que "Consideramos que o golpe não foi legal, e que o presidente Zelaya permanece o presidente de Honduras (...) Seria um terrível precedente se começássemos a caminhar para trás, para uma era em que se viram golpes militares serem usados como meio de efetuar transições políticas, ao invés de eleições"¹⁰; até mesmo a Assembleia Geral das Nações Unidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Organização dos Estados Americanos declarou o golpe "uma alteração inconstitucional da ordem democrática"¹¹.

O interessante nesse agenciamento é observar como o agenciamento coletivo de enunciação hondurenho não conseguiu lograr um golpe de estado “disfarçado”, como viria a acontecer posteriormente no Paraguai e no Brasil. A deposição de Zelaya foi declarada como golpe porque não houve, do ponto de vista das enunciações, desterritorialização do termo. Lá o golpe foi clássico: se processou como o apoio das forças armadas e com a destituição dos poderes constituídos.

Em relação ao projeto para a América Latina, o golpe em Honduras, ocorrido nos parâmetros dos golpes tradicionais, parece-nos um balão de ensaio, uma espécie de teste utilizado pelas elites do continente para o afastamento de governos que não lhes convém. Em face à reação internacional, novos ensaios são realizados, desta vez no Paraguai, e com parâmetros bem diversos, sem quarteladas.

3.2. Agenciamento Paraguai

O Senado paraguaio aprovou no dia 22 de junho de 2012 a destituição do presidente Fernando Lugo. O vice-presidente, Federico Franco, que rompeu politicamente com Lugo, assumiu o poder, sem quarteladas. Foram 39 votos pela

9 FOLHA DE SÃO PAULO. Cúpula militar de Honduras depõe na Suprema Corte sobre expulsão de Zelaya. *Folha de S. Paulo*, publicado em 14/01/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2010/01/679594-cupula-militar-de-honduras-depoe-na-suprema-corte-sobre-expulsao-de-zelaya.shtml>. Acesso em 07 de julho de 2017.

¹⁰ REUTERS. Obama says coup in Honduras is illegal. Washington: Reuters. 29 de junho de 2009

¹¹ CASSEL, Doug. Honduras: Coup d'Etat in Constitutional Clothing? Washington: The American Society of International Law, 15 de outubro de 2009

condenação, 4 contrários e 2 ausências. O julgamento teve início logo após a Câmara dos Deputados ter aprovado a abertura do processo de *impeachment* com 73 votos favoráveis, no dia anterior à votação do Senado. Lugo teve cerca de duas horas para apresentar a sua defesa. Em seguida, ocorreu uma sessão de uma hora para apresentar as provas contra o presidente e depois mais uma hora para algumas considerações da acusação e da defesa. Segundo Lugo:

Não é mais um golpe de Estado contra o presidente, é um golpe parlamentar disfarçado de julgamento legal, que serve de instrumento para um *impeachment* sem razões válidas que o justifiquem.¹²

As palavras do ex-presidente Lugo são a chave para que se compreendam os processos de desterritorialização operados sobre a ideia de golpe: diferentemente do golpe tradicional, não houve uso do corpo das Forças Armadas; portanto, não houve o uso explícito dos aparelhos repressivos do estado, não houve o uso da força militar; tampouco houve quebra do contrato constitucional. Tudo foi feito segundo os próprios parâmetros constitucionais. Tradicionalmente governos golpistas rasgam a constituição e impõem outra que os legitimem. No Paraguai, a constituição permaneceu intacta e prevaleceu uma dada interpretação de que um presidente pode ser deposto em poucas horas, tal qual nos regimes parlamentaristas. A tal procedimento poderíamos denominar golpe parlamentar.

Para nossos propósitos de análise dos agenciamentos semióticos, pode-se perceber que houve uma desterritorialização molecular tanto nos agenciamentos de enunciação quanto nos maquínicos dos corpos, produzindo aquilo a que Maurizio Lazzarato (2014) denominou de sujeição social e servidão maquínica.

3.3. Agenciamento Brasil

A história do Brasil tem sido marcada por sucessivos golpes de Estado: foi assim na Proclamação da Independência em 1822, na Maioridade de Pedro II em 1840, na Proclamação da República em 1889, com os Golpes de 1930 e de 1937, de 1964 e de 1968. Em 2016 voltamos a ter a deposição de uma presidenta eleita pelo povo sem evidente prova de crime de responsabilidade. Mais um golpe?

Ocorre que este novo golpe teve característica diferente dos demais. Faremos uma retrospectiva dos golpes havidos no período da República para, em seguida,

¹² CARTA CAPITAL. Senado paraguaio destituiu Lugo e golpe relâmpago é consolidado. Carta Capital, publicado 22/06/2012 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/senado-paraguaio-destituiu-lugo-e-golpe-relampago-e-consolidado>. Acesso em 3 de julho de 2017

apontar sob quais aspectos ocorreram desterritorializações em 2016 e sob que circunstâncias as reterritorializações se processaram, e para especular sobre a possibilidade de um novo golpe dentro do golpe, como ocorreu em 1937 e em 1968.

A história, como afirmava Marx, se repete na primeira vez como tragédia, na segunda como farsa. E agora como o quê? A história, de fato, se repete? Ou haveria na estratificação dessas repetições pequenas revoluções moleculares cujas desterritorializações e reterritorializações nos caberiam descrever?

3.3.1. Era Vargas

Getúlio Vargas, ao assumir o governo do país no período que foi de 1930 até 1945, passou por dois momentos importantes de ruptura: o primeiro ficou conhecido como Revolução de 1930, com a derrubada da República Velha e, o outro, como Golpe de 1937, com a instituição do Estado Novo.

3.3.1.1. Revolução de 1930

Durante o período da República Velha, os fazendeiros do café, que comandavam Minas Gerais e São Paulo, com a política do café-com-leite, detinham o poder econômico e político do país. Washington Luís, presidente na época, deveria indicar um sucessor de Minas Gerais para as eleições que ocorreriam em março de 1930; entretanto, ele apoiou candidato indicado por São Paulo. Diante de tal situação, os governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se com setores militares para formar a Aliança Liberal e lançar Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República. Ocorria, então, um acúmulo de fatores que provocou o desgaste da política café-com-leite: quebra do acordo de alternância na presidência entre São Paulo e Minas Gerais; setores militares insatisfeitos com o governo oligárquico; fortes indícios de fraudes nas eleições; insatisfação popular devido ao desemprego causado pela crise de 1929; províncias menores que queriam ascender ao poder.

Em março de 1930, Getúlio Vargas perde as eleições, porém, antes da posse do candidato vencedor, em outubro de 1930, Getúlio Vargas, com o apoio dos militares, impede a posse de Júlio Prestes e assume a presidência, fato que ficou conhecido como Revolução de 1930. Assim que assumiu o seu posto, Getúlio Vargas anulou a constituição em vigor, passou a governar o país a partir de um Governo Provisório, em

que foi decretada a dissolução do Congresso Nacional, e, dessa forma, a responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo ficou a cargo do presidente,

Em 1930 houve um golpe tradicional, mas ele ficou conhecido como Revolução. Mesmo que todas as semioses indicassem haver um Golpe de Estado, ao nomeá-lo como Revolução os donos do poder faziam política. Política com a linguagem. O ato de nomear, no escopo do plano de expressão, reformatava ideologicamente o sentido da ação dos corpos envolvidos no golpe.

3.3.1.2 Golpe de 1937

A constituição vigente em 1937 era a Constituição de 1934, que foi criada quando Getúlio Vargas convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, antes que terminasse o seu mandato no Governo Provisório. Nessa Constituição, foram implementados direitos trabalhistas, como salário mínimo, descanso semanal, férias remuneradas, voto secreto, voto de mulheres (porém apenas para mulheres que exerciam profissão pública remunerada), ensino primário gratuito e eleições diretas para Presidência da República. Vargas ficaria no Governo, respaldado por leis que ajudou a implementar e que o legitimaram, até as eleições. Mas, em 1937, enquanto a eleição seguinte era preparada, Getúlio Vargas denunciou a suposta existência de um plano de tomada do poder pelos comunistas. A consequência direta foi a aprovação, pelo Congresso, do estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. Com este novo golpe dentro do golpe surge o Estado Novo, caracterizado por centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

Dois aspectos chamam a atenção na Era Vargas para os propósitos deste trabalho: a oposição criada entre as ideias de Golpe e de Revolução, que retornará em 1964; e transformações havidas no interior do mesmo território com novos golpes protagonizados pelas mesmas forças políticas (com algumas defecções) cujo objetivo era tornar ainda mais autoritários e fortes os regimes vigentes. Na era Vargas, os sentidos do golpe são ainda bem estáveis e facilmente reconhecíveis.

3.3.2. Golpe Civil-Militar de 1964

Entre 31 de março e 1º de abril de 1964, as tropas do Exército, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, destituíram João Goulart do poder, realizando um Golpe Militar. A deposição de Jango pelos militares contou com o apoio dos Estados Unidos

num movimento chamado Operação Brother Sam. Foi, então, declarado vago o cargo da presidência e o Congresso Nacional elegeu indiretamente, em 11 de abril de 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para presidir a República.

A legislação vigente havia sido promulgada em 1946, um ano após o término da ditadura de Getúlio Vargas. O principal foco do texto foi a redemocratização, que buscou restabelecer diversos pontos da Constituição de 1934, como a garantia do direito de liberdade de expressão e as eleições diretas para os principais cargos do Executivo e do Legislativo. Além disso, os cidadãos de ambos os sexos, alfabetizados e maiores de dezoito anos, tiveram direito e obrigação de votar.

Com o Golpe Militar de 1964 foram destituídos 49 juízes, cassados os mandatos de 50 parlamentares e extintos os partidos políticos. O Ato Institucional Número 1 (AI-1) permitiu, entretanto, que o Congresso continuasse funcionando, deputados e senadores ainda poderiam ser eleitos por voto direto, ainda que o Poder Executivo ficasse cada vez mais centralizado, sendo que o cargo da presidência da República só poderia ser ocupado através de eleições indiretas, com votação realizada pelo Congresso Nacional.

Grandes jornais como *O Globo* e *Folha de S. Paulo* apoiaram a implantação da Ditadura Militar. No editorial do jornal *O Globo*, do dia 2 de abril de 1964, após a implantação do regime publicou na manchete de capa: “Fugiu Goulart, e a democracia está sendo restaurada” e, além disso, declarou que “as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal¹³”.

Como se pode observar, no escopo dos regimes de enunciação, havia a disputa, como em 1930, entre as ideias de Golpe e de Revolução. Posteriormente, este período foi reconhecido como uma ditadura (assim como ocorreu com Vargas a partir de 1937). No escopo dos agenciamentos de corpos, o golpe envolveu todos os atores tradicionais que caracterizam um golpe: forças armadas, políticas, econômicas, midiáticas e jurídicas. Tratava-se, como na Era Vargas, de um evidente Golpe de Estado.

3.3.2.1. Golpe de 1968: o AI-5

Assim como em 1937, em 1968 o Regime Militar recrudesciu, transformando-se, a partir do AI-5, em uma efetiva Ditadura, hoje nomeada Ditadura Civil-Militar.

¹³ *O Globo*. Editorial. Rio de Janeiro: *O Globo*. 02 de abril de 1964.

Desde 1966 a oposição passou a se reorganizar para tentar derrubar a Ditadura. Uma parcela da Igreja, a UNE, os líderes da Frente Ampla (Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart), artistas e intelectuais começaram a reunir forças para redemocratizar o país. Paralelamente, grupos de esquerda começaram a planejar luta armada, vendo esta como a única solução para a derrubada da Ditadura Militar.

Com esse quadro, o presidente do período, general Arthur da Costa e Silva, instituiu o AI-5, permitindo que presidente da República passasse a ter o poder de fechar o Congresso.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos do funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. (FAUSTO, 1995, p. 480)

Com o AI-5, o discurso de que o governo militar seria apenas provisório arrefeceu. A ditadura durou até 1985, mas o país só pode voltar a eleger seu presidente da república em 1989.

Convém ressaltar aqui que, assim como depois de 1930 houve 1937, depois de 1964 houve 1968. 1937 e 1968 foram anos que instituíram cabalmente ditaduras no país. Entre 30 e 37 houve promessa de ampliação da democracia e dos direitos sociais no país; entre 64 e 68 houve promessa de uma transição rápida à democracia. Em ambos os períodos a ideia de ditadura não era evidente. Passou a ser evidente depois do segundo golpe, ocorrido como desdobramento do primeiro.

Seria este o espectro que ronda a destituição da Presidenta Dilma Rousseff em 2016?

3.3.3. Destituição de Dilma Rousseff

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado e o Vice-Presidente, Michel Temer, assumiu a Presidência da República levando ao Palácio do Planalto todas as forças derrotadas nas eleições de 2014. As principais acusações foram a denúncia de crime de responsabilidade fiscal, devido a atrasos de repasse de verba aos bancos públicos, o que ficou conhecido como “pedaladas fiscais”; e os decretos de abertura de crédito suplementar realizados pela Presidenta, durante o mandato. Na Constituição de 1988 consta que se houver crime de responsabilidade

fiscal e de improbidade administrativa, o chefe do Poder Executivo responderá a esse crime com a perda do mandato. Porém, não há consenso jurídico sobre se a presidenta, de fato, cometeu crime de responsabilidade.

Os principais jornais e redes de comunicação do Brasil, *O Globo*, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*, apoiaram a deposição aderindo à narrativa de legalidade do *Impeachment*. Segundo Ivana Bentes, a “operação jurídico-midiática que viabilizou o *impeachment* também explicitou um fato sabido: o negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e “normalidade”.” (BENTES, 2016).

É neste contexto que a ideia de golpe reaparece, mas bastante desterritorializada. Não houve tropas nas ruas, o congresso não foi fechado, todos os rituais formais foram devidamente cumpridos. No entanto, o crime de responsabilidade não foi inequivocamente caracterizado e o novo governo, ao assumir, levou ao executivo não apenas os atores políticos derrotados nas eleições de 2014 como também o programa de governo da oposição.

Como explicar troca tão radical de programa e de objetivos senão se considerar a emergência de um golpe capaz de levar derrotados ao centro do governo por vias aparentemente legais?

As deposições de Dilma Rousseff no Brasil e de Fernando Lugo no Paraguai indiciam uma nova maneira de se realizar golpes de estado no continente. Não mais com as forças armadas, mas com agenciamentos de enunciações que cumprem todos os requisitos do ponto de vista formal para sua execução, mesmo que, do ponto de vista dos agenciamentos dos corpos, profundas transformações ocorram.

Foucault nos ensinava a observar as regularidades dispersas em regimes de visibilidade e de enunciação determinados. O que as regularidades enunciativas na América Latina acerca da deposição de presidentes nos dizem a respeito dos golpes no século XXI?

6. Máquina abstrata: Honduras-Paraguai-Brasil e o espectro do golpe

Com o objetivo de evidenciar o funcionamento daquilo a que denominamos máquina abstrata Honduras-Paraguai-Brasil reunimos constantes que aparecem nas três deposições. A máquina abstrata a ser identificada é uma virtualidade, uma reserva de potência. A máquina abstrata diferencia-se de si própria e produz um território, que não

é exclusivamente geográfico, mas também e, sobretudo, de significação. Tentamos explicitar o funcionamento nas tabelas seguintes:

Tabela 1:

Agenciamento Honduras-Paraguai-Brasil

	Enunciados		Corpos		
País	Jurídico	Mídia (Ritornelo)	Militares	EUA	Substituto
Honduras	Golpe	Golpe	sim		Pres. Congresso
Paraguai	Impeachment	Impeachment	não	sim	Vice-Presidente
Brasil	Impeachment	Impeachment	não	sim	Vice-Presidente

Tabela 2:

Agenciamento Brasil

1930	1937	1964	1968	2016	2018
Era Vargas		Ditadura Militar		?	
Revolução de 1930	Golpe de 1937	Golpe de 1964	AI-5	<i>Impeachment</i>	?

A partir da caracterização já realizada tanto das recentes destituições na América Latina quanto das ocorrências de golpes de estado no Brasil, podemos observar como a história reconhece os processos de desterritorialização do signo golpe. Em Honduras há um reconhecimento imediato de que foi golpe, pois houve o rompimento da Constituição vigente, ainda que, após a destituição de Zelaya, eleições tenham sido realizadas. Aqui não é possível identificar desterritorializações relevantes. O golpe foi efetuado com seus rituais habituais.

No Paraguai, o golpe já aparece desterritorializado sob o nome de *impeachment*. Lá, o que chamou a atenção foi o tempo entre a denúncia e a retirada de Lugo do poder: cerca de 48h, com claro cerceamento ao direito de defesa. Parece-nos um balão de ensaio, um teste realizado pelas elites que, se desse certo, poderia ser replicado em outros países do continente. O projeto parece ser o seguinte: seguem-se formalmente

todos os rituais previstos pela Constituição, cria-se uma rede de comunicação capaz de construir um agenciamento coletivo de enunciação que reconheça a legitimidade expressiva do procedimento e, em seguida, em um ato ilocutório, transformam o corpo do presidente em corpo de ex-presidente. É nesse novo agenciamento de corpos transformados e legitimados pelos atos expressivos de fala que ocorrem as principais rupturas; é ali que o golpe se efetua. De um lado um agenciamento de enunciação cuja razão é cínica; de outro um agenciamento de corpos não nomeável capaz de trair todas as decisões tomadas pelo povo em eleições diretas. A esse novo agenciamento de corpos os donos do poder querem denominar *impeachment*. A resistência o denomina, de forma imprecisa, de golpe.

Na busca das recorrências, vem do Paraguai também um índice muito importante para que se desenhem as articulações subterrâneas que constroem essa nova modalidade de quebra institucional na América Latina. Os EUA espionaram tanto Fernando Lugo quanto Dilma Rousseff e mantiveram como embaixadora no Paraguai - na época da destituição de Lugo (2008-2011) e no Brasil na época da destituição de Dilma (a partir de 2013) - Liliana Ayalde que, em um telegrama, em 2009, disse ao Departamento de Estado: “Temos sido cuidadosos em expressar nosso apoio público às instituições democráticas do Paraguai – não a Lugo pessoalmente¹⁴”. Meses antes da deposição de Fernando Lugo, ela retirou-se do posto.

No Brasil - país em que tivemos ao longo de sua história sucessivos golpes de estado, alguns gerando sangrentas ditaduras -, os agenciamentos de enunciação, primeiro, operavam na diferença cara ao século XX entre Golpe e Revolução. 1930 foi Revolução e 1937 Golpe? 1964 foi o ano da Revolução Redentora ou do Golpe Civil-Militar? A disputa entre as duas perspectivas conferia aos golpes valorações claramente negativas e à revolução, valorações positivas. O golpe, por aqui, tem sua história signíca construída como o avesso da revolução.

Depois que a Revolução Redentora de 1964 foi transformada no imaginário e na consciência populares em Golpe de Estado, a palavra caiu em desuso. Parecia que depois do fim da Ditadura, em 1985, estávamos finalmente livres dessa experiência; ela sequer aparecia como espectro. A ideia de golpe permaneceu durante trinta anos recalçada. Ela tampouco foi sugerida na época do *impeachment* de Fernando Collor de

¹⁴ Agência EBC. Documentos apontam que EUA tiveram influência em golpe no Paraguai. Agência EBC, publicado em 07/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/02/paraguai-os-eua-e-o-impeachment>. Acesso em 13 de julho de 2017.

Mello, no início dos anos 1990. Ressurgiu em 2016, em outro contexto, reativando a antiga oposição entre revolução e golpe, mas agora atualizada como *impeachment* e golpe. A ideia de revolução se perdeu na poeira da história do século XX, e o *impeachment* assumiu o seu lugar como valoração positiva em oposição à negatividade do golpe.

O ressurgimento da palavra golpe evidencia o problema semiótico que pretendemos enfrentar aqui. Rigorosamente o Golpe de 2016 não é sinônimo do golpe de 1937 nem mesmo do Golpe de 1964. Houve, no interior de seus processos de significação, deslocamentos tanto nos agenciamentos coletivos de enunciação como maquínicos dos corpos. A compreensão de tais agenciamentos moleculares parece-nos ser o desafio colocado a uma semiótica que se quer também política.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia. **Estudos Deleuzeanos da Linguagem**. Campinas: Editora Unicamp, 2003

BENTES, Ivana. **Mídia Brasileira Construiu Narrativa Novelizada do Impeachment**.

Disponível em:

<https://theintercept.com/2016/09/01/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/>

BRINTON, Crane. **Anatomia das Revoluções**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1958.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, 1995.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1997.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.